

Anais da Assembléia

CURITIBA, TERÇA-FEIRA, 13 DE JUNHO DE 1972

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ

Constituição das Comissões Permanentes da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná.

WILSON FORTES	ARENA
ANTONIO COSTA	ARENA
NELSON BUFFARA	MDB
IVO TOMAZONI	ARENA
QUIELSE CRISOSTOMO	ARENA
DOMICIO SCARAMELLA	MDB
ROSÁRIO PITELLI	ARENA
AGUINALDO PEREIRA LIMA	ARENA
ALVARO DIAS	MDB
ANTONIO BELINATTI	MDB
ANTONIO LOPES JUNIOR	ARENA
ANTONIO MACIEL	ARENA
ARIZONE ARAUJO	ARENA
ARMANDO QUEIROZ	ARENA
ARTHUR DE SOUZA	ARENA
BASILIO ZANUSO	ARENA
BORSARI NETO	ARENA
CANDIDO MARTINS DE OLIVEIRA	ARENA
DAVID FEDERMANN	ARENA
EMILIO CARAZZAI	ARENA
ERONDY SILVERIO	ARENA
FABIANO BRAGA CORTES	ARENA
FRANCISCO ESCORSIN	ARENA
FUAD NACLI	ARENA
GABRIEL MANOEL	ARENA
GILBERTO CARVALHO	ARENA
HELIO MANFRINATO	MDB
IGO LOSSO	ARENA
JOÃO FADEL	ARENA
JOÃO MANSUR	ARENA
JORGE SATO	ARENA
LAZARO DUMONT	ARENA
LEOPOLDO JACOMEL	ARENA
LUIZ ROBERTO SOARES	ARENA
MARCIANO BARANIUK	ARENA
MAURICIO FRUET	MDB
MUGGIATI FILHO	MDB
NIVALDO KRUGER	MDB
ODILON REINHARDT	ARENA
OVIDIO FRANZONI	ARENA
PAULO CAMARGO	ARENA
PAULO POLI	ARENA
PINTO DIAS	ARENA
SEBASTIAO RODRIGUES JUNIOR	MDB
SANTOS LIMA	ARENA
WILSON BRANDÃO	ARENA
XENOFONTE VILLANUEVA	ARENA

COMISSÃO EXECUTIVA

- PRESIDENTE — Wilson Fortes.
1.º VICE-PRESIDENTE — Antônio Costa.
2.º VICE-PRESIDENTE — Nelson Buffara (MDB).
1.º SECRETÁRIO — Ivo Tomazoni.
2.º SECRETÁRIO — Quielse Crisóstomo.
3.º SECRETÁRIO — Domicio Scaramella (MDB).
4.º SECRETÁRIO — Rosário Pitelli.

COMISSÕES PERMANENTES

2.ª Sessão Legislativa da 7.ª Legislatura

COMISSÃO EXECUTIVA

- Presidente — Wilson Fortes;
1.º Vice-Presidente — Antonio Franco Ferreira da Costa Filho
2.º Vice-Presidente — Nelson Buffara (MDB)
1.º Secretário — Ivo Tomazoni
2.º Secretário — Quielse Crisóstomo da Silva
3.º Secretário — Domicio Scaramella (MDB)
4.º Secretário — Rosário Pitelli

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

- TITULARES
Presidente — Armando Queiroz
Vice-Presidente — Mauricio Fruet (MDB)
Santos Lima; Ovidio Franzoni; Erondy Silverio; Emilio Carazzai; Igo Losso; Paulo Camargo; Cândido Martins de Oliveira; Luiz Roberto Soares; Muggiati Filho (MDB).

- Secretário — Rita Celestino Soares
Reuniões — Quartas-feiras.

SUPLENTE

- Borsari Neto; Basilio Zanusso; Antonio Lopes Júnior; Fabiano Braga Cortes; Antonio Maciel; Leopoldo Jacomel; Marciano Baraniuk; Odilon Reinhardt; João Fadel; Sebastião Rodrigues (MDB).

COMISSÃO DE FINANÇAS

TITULARES

- Presidente — Fuad Nacli
Vice-Presidente — Antonio Belinatti
David Federmann; Leopoldo Jacomel; Antonio Lopes Júnior; Odilon Reinhardt; João Fadel.
Secretário — Terezinha Barbosa Moura e Claro
Reuniões — Terças-feiras.

SUPLENTE

- Francisco Escorsin; Fabiano Braga Cortes; Lázaro Dumont; Jorge Sato; Igo Losso; Mauricio Fruet (MDB).

COMISSÃO DE ORÇAMENTO

TITULARES

- Presidente — Jorge Sato
Vice-Presidente — Nivaldo Kruger (MDB)

Paulo Poli; Fabiano Braga Cortes; Basilio Zanusso; Fuad Nacli; Borsari Neto.

Secretário — Elcy Silva Batista

Reuniões — Condicionadas a existência de matéria de sua competência.

SUPLENTE

Aguinaldo Pereira Lima; Cândido Martins de Oliveira; Pinto Dias; Wilson Brandão; João Fadel; Marciano Baraniuk; Muggiati Filho (MDB).

COMISSÃO DE AGRICULTURA, INDÚSTRIA E COMÉRCIO

TITULARES

Presidente — Antonio Maciel.

Vice-Presidente — Hélio Manfrinato (MDB)

Lázaro Dumont; Francisco Escorsin; Marciano Baraniuk.

Secretário — Ney Rodrigues.

Reuniões — Condicionadas a existência de matéria de sua competência.

SUPLENTE

Leopoldo Jacomel; Fuad Nacli; Basilio Zanusso; Aguinaldo Pereira Lima; Alvaro Dias (MDB).

COMISSÃO DE OBRAS PÚBLICAS, TRANSPORTES E COMUNICAÇÕES

TITULARES

Presidente — Borsari Neto

Vice-Presidente — Hélio Manfrinato (MDB)

Lázaro Dumont; Xenofonte Villanueva; Gabriel Manoel.

Secretário — Roberto Diniz Sátiro

Reuniões — Condicionadas a existência de matéria de sua competência.

SUPLENTE

Basilio Zanusso; Pinto Dias; Paulo Poli; Wilson Brandão; Alvaro Dias (MDB).

SUPLENTE

Fuad Nacli; Arizone Araújo; Santos Lima; Xenofonte Villanueva; Muggiati Filho (MDB).

COMISSÃO DE INSTRUÇÃO PÚBLICA

TITULARES

Presidente: Antonio Lopes Júnior

Vice-Presidente — Alvaro Dias (MDB)

Arizone Araújo; Cândido Martins de Oliveira; Gabriel Manoel.

Secretário — Maria Aparecida R.G. Amaral.

Reuniões — Condicionadas a existência de matéria de sua competência.

SUPLENTE

Francisco Escorsin; Santos Lima; João Fadel; Fabiano Braga Cortes; Nivaldo Kruger (MDB).

COMISSÃO DE TERRAS, IMIGRAÇÃO E COLONIZAÇÃO

TITULARES

Presidente — Arizone Araújo

Vice-Presidente — Sebastião Rodrigues (MDB)

Francisco Escorsin; Xenofonte Villanueva; Marciano Baraniuk.

Secretário — Agildes de Oliveira Martins.

Reuniões — Condicionadas a existência de matéria de sua competência.

SUPLENTE

Antonio Maciel; Luiz Roberto Soares; Paulo Poli; Wilson Brandão; Nivaldo Kruger (MDB).

COMISSÃO DE POLÍCIA

TITULARES

Presidente — Aguinaldo Pereira Lima;

Vice-Presidente — Antonio Belinatti (MDB).

Paulo Poli; Wilson Brandão; Antonio Maciel.

Secretário — Francisco Accioly Neto.

Reuniões — Condicionadas a existência de matéria de sua competência.

COMISSÃO DE SAÚDE PÚBLICA

TITULARES

Presidente — David Federmann;

Vice-Presidente — Arizone Araújo

João Fadel; Xenofonte Villanueva; Mauricio Fruet (MDB).

Secretário — Elza Carneiro Camargo.

Reuniões — Condicionadas a existência de matéria de sua competência.

SUPLENTE

Paulo Camargo; Jorge Sato; Ovidio Franzoni; Emilio Carazzai; Hélio Manfrinato (MDB)

COMISSÃO DE REDAÇÃO

TITULARES

Presidente — Cândido Martins de Oliveira.

Vice-Presidente — Alvaro Dias (MDB)

Basilio Zanusso; Antonio Maciel; Gabriel Manoel.

Secretário — Lélcio Guimarães Sotó Major.

Reuniões — Condicionadas a existência de matéria de sua competência.

SUPLENTE

Armando Queiroz; Jorge Sato; Ovidio Franzoni; Santos Lima; Muggiati Filho (MDB).

COMISSÃO DE TOMADA DE CONTAS

TITULARES

Presidente — Paulo Poli.

Vice-Presidente — Mauricio Fruet (MDB).

Aguinaldo Pereira Lima; Francisco Escorsin; Leopoldo Jacomel.

Secretário — Alberto Carazzai Neto.

Reuniões — Condicionadas a existência de matéria de sua competência.

SUPLENTE

Armando Queiroz; Paulo Camargo; Ovidio Franzoni; Marciano Baraniuk; Antonio Belinatti (MDB).

COMISSÃO DE TURISMO

TITULARES

Presidente — Xenofonte Villanueva.

Vice-Presidente — Sebastião Rodrigues (MDB)

Marciano Baraniuk; Jorge Sato; Odilon Reinhardt.

Secretário — Maria Stella do Amaral Gurgel.

Reuniões — Condicionadas a existência de matéria de sua competência.

SUPLENTE

Arthur de Souza; Pinto Dias; Lázaro Dumont; Gabriel Manoel; Mauricio Fruet (MDB).

2.ª Sessão Legislativa da 7.ª Legislatura

Ata da 74.ª Sessão (Extraordinária) — Realizada em 13 de Junho de 1972 (Terça-Feira)

Presidência do Sr. Deputado Antônio Costa, secretariada pelos Srs. Deputados: Ivo Tomazoni e Domicio Scaramella.

As 14,00 horas, é registrada a presença dos seguintes Srs. Deputados: Wilson Fortes, Antônio Costa, Nelson Buffara, Ivo Tomazoni, Quielise Crisóstomo, Domicio Scaramella, Rosário Pitelli; Aginaldo Pereira Lima, Alvaro Dias, Antônio Belinati, Antonio Lopes Júnior, Antônio Maciel, Arizone Araújo, Armando Queiroz, Basílio Zanusso, Borsari Neto, Cândido Martins de Oliveira, David Federmann; Emilio Carazzai, Erondy Silvério, Francisco Escorsin, Fuad Nachi, Gabriel Manoel, Gilberto Carvalho, Hélio Manfrinato; Igo Losso, João Fadel, João Mansur, Jorge Sato, Lázaro Dumont, Leopoldo Jacomel, Luiz Roberto Soares, Marciano Baraniuk, Muggiati Filho, Odilon Reinhardt, Ovidio Franzoni, Paulo Camargo; Pinto Dias, Sebastião Rodrigues Júnior, Santos Lima, Xenofonte Villanueva e Arthur de Souza (42); achando-se ausentes os Srs. Deputados: Fabiano Braga Côrtes, Maurício Fruet, Nivaldo Krüger, Paulo Poli e Wilson Brandão (5).

Verificada a existência de número legal, o Sr. Presidente declara aberta a SESSÃO EXTRAORDINÁRIA, destinada à apreciação de Vetos governamentais.

O SR. PRESIDENTE — Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. 2.º SECRETÁRIO — procede à leitura da Ata da sessão extraordinária anterior, que é aprovada sem observações.

O SR. PRESIDENTE — Não há Expediente a ser lido. Passa-se à

ORDEM DO DIA,

com a presença de 42 Srs. Deputados.

Em discussão a seguinte Proposição.

DISCUSSÃO ÚNICA — da Proposição n.º 42/72, Veto apostado ao Projeto de Lei n.º 53-71, de autoria do Sr. Deputado Arthur de Souza, que transfere a pensão mensal concedida a Joana Paz de Oliveira, pela Lei n.º 1.897, de 6-5-54, à sua filha Soely Paz de Oliveira. Relatório da C.C.J., considerando o Veto em condições de ser apreciado pelo Plenário Encerrada a discussão. Em votação. — Rejeitado o Projeto, mantido o Veto.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente Sessão Extraordinária, marcando outra para amanhã, dia 14, às 14,00 horas, quarta-feira, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

DISCUSSÃO ÚNICA — da Proposição n.º 114/72. Levanta-se a sessão.

2.ª Sessão Legislativa da 7.ª Legislatura

Ata da 75.ª Sessão Ordinária Realizada em 13 de Junho de 1972 - (3.ª-Feira)

Presidência do Sr. Deputado Nelson Buffara, secretariada pelos Srs. Deputados Domicio Scaramella e Quielise Crisóstomo.

A Hora Regimental, é registrada a presença dos seguintes Srs. Deputados: Wilson Fortes, Nelson Buffara, Antônio Costa, Ivo Tomazoni, Quielise Crisóstomo, Domicio Scaramella, Rosário Pitelli; Aginaldo Pereira Lima; Alvaro Dias, Antonio Belinati, Antonio Lopes Júnior; Antonio Maciel, Arizone Araújo, Arthur de Souza, Armando Queiroz, Basílio Zanusso, Borsari Neto, Cândido Martins de Oliveira, David Federmann, Emilio Carazzai, Erondy Silvério; Francisco Escorsin, Fuad Nachi, Gabriel Manoel, Gilberto Carvalho; Hélio Manfrinato, Igo Losso; João Fadel, João Mansur, Jorge Sato, Lázaro Dumont, Leopoldo Jacomel, Luiz Roberto Soares; Marciano Baraniuk, Muggiati Filho, Odilon Reinhardt, Ovidio Franzoni, Paulo Camargo, Pinto Dias, Sebastião Rodrigues Júnior, Santos Lima e Xenofonte Villanueva (42); achando-se ausentes os Srs. Deputados: Fabiano Braga Côrtes, Maurício Fruet, Nivaldo Krüger, Paulo Poli, Wilson Brandão (5).

Verificada a existência de número legal, o Sr. Presidente declara aberta a SESSÃO.

O SR. PRESIDENTE — Sob a proteção de Deus, iniciamos nossos trabalhos.

O SR. 2.º SECRETÁRIO — procede à leitura da Ata da sessão anterior, que é aprovada sem observações.

O SR. 1.º SECRETÁRIO — procede à leitura do seguinte

EXPEDIENTE:

Emenda ao Projeto de Lei n.º 13/72

O Deputado que subscreve apresenta, na forma regimental, a seguinte Emenda Substitutiva ao inciso VII do artigo 22 do Projeto de Lei complementar que cria o Conselho de Contribuintes e Recursos Fiscais do Paraná.

"VII — estabelecer a processualística dos pedidos de esclarecimentos sobre o alcance dos acordãos, bem como o rito do recurso de reconsideração, ao próprio CCRF, quando a decisão, desfavorável ao sujeito passivo, não tenha sido unânime";

Sala das Sessões, em 13 de junho de 1972.

a) Antonio Lopes Júnior.

REQUERIMENTOS:

Requerimento

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, nos termos regimentais, requer que a Casa Ordere ao Deputado Federal Clovis Stenzel, vice-líder da Bancada do Governo, um expediente transmitindo o integral apoio desta unidade ao seu oportuno pronunciamento de 9 de junho passado, no Plenário da Câmara Federal, publicado em síntese pela imprensa nacional, quando explicou a posição elogável do Ministro Higinio Corsetti, das Comunicações, no sentido de mover combate à mediocridade da maioria dos programas da Televisão.

Sala das Sessões, em 12 de junho de 1972.

a) Antonio Lopes Júnior.

Requerimento

Senhor Presidente:

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, requer a Vossa Excelência, após ouvido o Plenário, seja encaminhado ofício ao Exmo. Sr. Secretário dos Transportes, reiterando apelo já formulado, no sentido dessa Secretaria autorizar o Departamento de Estradas de Rodagem a reconstruir com urgência a ponte sobre o rio das Caldeiras na estrada PR-5, que dá acesso a cidade de Palmas.

Construída há mais de 8 anos em caráter provisório, apresenta precariedade em sua estrutura não oferecendo total segurança aos seus usuários, exigindo, portanto, que se tome providências imediatas a respeito.

Sala das Sessões, em 13 de junho de 1972.

a) Domicio Scaramella

Requerimento

Senhor Presidente:

Requero, na forma facultada pelo Art. 73 do Regimento Interno, que a sessão ordinária de amanhã seja convocada para o período matinal.

Sala das Sessões, em 13 de junho de 1972.

a) Luiz Roberto Soares.

Requerimento

Senhor Presidente:

O Deputado que este subscreve, na forma regimental, requer, após ouvido o Plenário, seja enviado ao Diretor do DER., que determine ao Chefe do 17.º Distrito do DER, com sede em Cruzeiro D'Oeste e ao Chefe do DER, de Maringá, a proceder reparos nas pontes, da estrada que liga Maringá a Umuarama, reparos estes que se refere ao leito da estrada na entrada da ponte e o leito da ponte, e ainda na sinalização antes de cada ponte.

JUSTIFICATIVA: — Os reparos acima solicitados, são necessários e urgentes, várias reclamações dos motoristas e dos que trafegam naquela estrada, e constatei pessoalmente os defeitos nas pontes. Primeiro, falta de placas de sinalização, segundo: existe em cada ponte, na entrada e saída da ponte um degrau entre o asfalto do leito da estrada e o leito da ponte, este degrau provoca forte baque nas rodas do veículo, causando desequilíbrio do veículo, já ocorreram vários acidentes na ponte do Ribeirão São Vicente, causados pelo degrau, e na ponte do Rio Ivaí por falta de placas de alertas, a ponte do Rio Ivaí tem o seu início após uma curva, e quando o motorista pretende ultrapassar outro veículo, só percebe quando já está em cima da ponte, só nesta ponte já ocorreram três desastres fatais, acredito eu seja por falta de sinalização.

Sala das Sessões, em 13 de junho de 1972.

a) Marciano Baraniuk.

Requerimento

Senhor Presidente:

Os Deputados subscritos ao final, valendo-se da faculdade regimental, requerem, com referendo do Plenário, seja oficiado à Federação Paranaense de Futebol apelo no sentido de que se altere o critério classificatório do campeonato paranaense a fim de que sejam incluídos para a disputa do turno final, mais duas agremiações, precisamente a Associação Atlética Iguaçu e Clube Atlético Paranaíba, colocados respectivamente no 9.º (nono) e 10.º (décimo) lugares no turno de classificação.

O apelo tem respaldo em varios e justos motivos, assim alinhados:

1 — Ambas as agremiações tiveram comportamento esportivo e desportivo durante o curso do presente campeonato, capaz de justificar sua inclusão no turno final;

2 — A Associação Atlética Iguaçu está entre os cinco (5) primeiros clubes em arrecadação de rendas, circunstância esta que por si só credenciaria sua participação;

3 — O Clube Atlético Paranaíba disputa o campeonato paranaense de futebol desde o ano de 1960, tendo sempre colaborado para o seu brilho e a sua necessária emulação;

4 — A exclusão da Associação Atlética Iguaçu viria frustrar a expectativa da população de vasta região do Paraná, altamente motivada para o prestigiameto do campeonato paranaense;

5 — A exclusão do Clube Atlético Paranaíba, também frustraria a enorme faixa de população do Norte Pioneiro;

6 — Ambas as cidades, União da Vitória e Paranaíba, sendo dinâmicas polos econômicos regionais, mereceriam por parte da Federação Paranaense de Futebol um tratamento capaz de conferir estímulo participacional de toda a comunidade.

Sala das Sessões, em 13 de junho de 1972.

(ua) Luiz Roberto Soares, Domicio Scaramella, Pinto Dias, Antonio Costa, Erondy Silvério, Wilson Fortes, Ivo Tomazoni.

Requerimento

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, nos termos regimentais, requer seja dirigido ao Presidente da Federação Paranaense de Futebol, Senhor José Millani, um apelo no sentido de que, na distribuição gratuita da quota de 10 000 ingressos aos jogos da Mini-Copa concedidos pela Confederação Brasileira de Desportos, sejam contemplados os trabalhadores, através dos respectivos sindicatos, visto como tanto quanto os estudantes aqueles têm direito ao benefício.

Sala das Sessões, em 13 de junho de 1972.

a) Borsari Netto.

PROJETO DE LEI:

Projeto de Lei n.º 80-72

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

D e c r e t a :

Art. 1.º — Fica declarada de utilidade pública a Santa Casa Monsenhor Guilherme, com sede e fóro na cidade de Foz do Iguaçu.

Art. 2.º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revoga das as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 13 de junho de 1972.

(a) Erondy Silvério

JUSTIFICATIVA:

A entidade que se quer declarar de utilidade pública, é uma sociedade civil, já reconhecida de utilidade pública Municipal pela Lei 434 de 18 de dezembro de 1964, e com registro na Secretaria de Trabalho e Assistência Social do Estado sob n.º 309.

A finalidade dessa sociedade é de prestar Assistência Social aos menos afortunados especialmente quanto ao atendimento médico, hospitalar e ci.

rurgico. Visa ainda desenvolver o aprimoramento de técnicas e promover atividades de pesquisas, de análise, de formação e aperfeiçoamento de pessoal. Estamos certos que o presente projeto merecerá aprovação da Casa.

O SR. PRESIDENTE — Está finda a leitura do Expediente.

Esta Presidência registra com satisfação, a presença, neste Plenário, do Excelentíssimo Sr. Diretor da Faculdade de Direito de União da Vitória, assim como do Sr. Prefeito Municipal de União da Vitória.

Concedo a palavra ao primeiro orador inscrito para o Pequeno Expediente, Sr. Deputado Antônio Costa.

O SR. ANTONIO COSTA — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Venho à Tribuna para encaminhar um requerimento, que está vasado nos seguintes termos: (Lendo):

Requerimento

Senhor Presidente:

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições, vem na forma regimental e após ouvido o Plenário, requerer seja enviado apelo ao Exmo. Sr. Diretor do Departamento de Estradas de Rodagem — DER — no sentido de que seja expedida com a máxima urgência ordem de pavimentação alfáltica à ligação rodoviária pela PR-54, junção da PR-54/BR-468, entre os Municípios de Guaratuba PR. e Garuva SC.

Sala das Sessões, em 13 de junho de 1972

(a) Antônio Costa

JUSTIFICATIVA:

O trecho da estrada de rodagem de Guaratuba no ponto de entroncamento com a rodovia Curitiba-Garuva, é de importância sobejamente conhecida.

Entretanto, para ressaltarmos o alto interesse do Paraná na ligação rodoviária em questão, analisemos alguns tópicos nos quais evidenciaremos as inúmeras vantagens oferecidas ao nosso Estado, pela obra tão esperada, cuja concretização é de acentuada urgência para os arseios daquela bela faixa litorânea paranaense.

Durante as temporadas balneárias de 1.970-71-72, registrou-se nos domingos dos meses de fevereiro dos anos citados, o seguinte afluxo de veículos naqueles dias:

MES	ANO	DIA	TOTAL DE VEICULOS
FEVEREIRO	1970	Domingo	10.000
FEVEREIRO	1971	Domingo	11.000
FEVEREIRO	1972	Domingo	9.000

Ressalta-se que a brusca diminuição registrada deve-se ao evento da inauguração do mês de abril de 1971, da nova rodovia de Curitiba a Joinville. Sem dúvida, está ocorrendo uma notória evasão dos frequentadores do balneário de Guaratuba, para as praias do vizinho Estado Catarinense.

Diminuindo a afluência de pessoas a Guaratuba, reflexos negativos far-se-ão sentir nos serviços turísticos em especial e nas atividades produtivas em geral, reduzindo consequentemente o volume da circulação financeira naquele recanto de nosso litoral. Eis portanto a condicionante negativa a empobrecer paulatinamente a região, fazendo-a cair no marasmo, no sono letárgico do esquecimento dos Poderes constituídos.

A ligação BR-54 deve ser pavimentada com a máxima urgência, a fim de servir de acesso ao Porto de Paranaguá, a todo o Nordeste de Santa Catarina, no que concerne à movimentação de grãos líquidos e gazosos (derivados de petróleo) e de grãos: serviria ainda como considerável impulso à produção agrícola e à atividade pesqueira.

A região indubitavelmente é rica em potencial mas urge dar-lhe condições de aproveitar essa potencialidade; a ligação asfáltica em tela é a primeira dessas indispensáveis condições.

O Estado do Paraná já reconheceu a real importância da pavimentação do trecho PR-54 Guaratuba-Garuva, numa extensão de 39 km; senão vejamos:

- 1) Convênio celebrado entre os Estados do Paraná e Santa Catarina, para estabelecer a vinculação de pequeno larce da PR-54 com a BR-468;
- 2) O Projeto geotécnico já foi concluído;
- 3) As licitações para a pavimentação deste trecho já foram efetuadas;
- 4) As obras já foram contratadas.

Requer-se, destarte, após as ponderações apresentadas que a Assembleia Legislativa recomende ao Poder Executivo que através da Secretaria dos Transportes (DER) determine o imediato início das obras de pavimentação, do trecho-objeto da presente exposição.

Como vemos, Sr. Presidente e Srs. Deputados, aquela estrada é de vital importância para o escoamento da produção litorânea e para a movimentação do potencial inexplorado do nosso Estado, que é o turismo.

Solicitamos a boa vontade do Diretor do DER para que, tão logo possível, seja autorizado o início de obras tão importante.

(Assume a Presidência o Sr. Deputado Antônio Costa)

O SR. PRESIDENTE — Concedo a palavra ao orador inscrito, Sr. Deputado Rosário Pitelli.

O SR. ROSARIO PITELLI — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Os produtores de algodão da região norte-paranaense estão atravessando presentemente uma situação muito difícil no que tange a comercialização do produto.

Embora a área de produtividade do algodão no Estado do Paraná tenha diminuído sensivelmente pelo desestímulo da sua comercialização, é bem verdade que este ano a safra foi das melhores, em virtude principalmente, da boa colheita que atingiu em média quase cerca de 400 arrobas por alqueires. Isto a devemos em primeiro lugar, pelo tempo favorável que ocorreu durante toda a colheita, mas o produto de algodão tem sempre um grande entrave à sua frente, o produto de difícil armazenagem é colhido durante as safras e entregue às firmas exportadoras e aos grandes exportadores de algodão.

Ocorre porém, que quando do término da colheita já que se avizinha a hora do produtor vender o seu produto o algodão recebe sensíveis baixas determinadas pelos grandes exportadores.

E assim, o nosso Estado que é um grande produtor de algodão, já começa a se definir, começa a diminuir a sua área de produção, porque

quando ocorre uma boa colheita os preços não são compensadores. E de uns tempos para cá temos tido uma baixa sucessiva, as classes produtoras se revoltam, se rebelam e pedem as providências necessárias para que se verifique qual o motivo desta baixa assustadora. O Sindicato Rural de Cornélio Procopio tem tomado medidas urgentes para que se defenda o nosso produto, este produto que é tão importante para a economia brasileira.

E chegou-se à conclusão através do Sindicato Rural de Cornélio Procopio que a bolsa de mercadorias de São Paulo é a principal culpada pela baixa sucessiva do produto.

Tomando as providências devidas, o Sindicato Rural de Cornélio Procopio, enviou telegrama a todas as autoridades constituídas do Brasil, pedindo providências. E nós, que também recebemos cópia deste telegrama vamos da ciência a esta Casa para que todos tenham seu conhecimento. Diz o telegrama: (Lê)

"O Sindicato Rural Cornélio Procopio denuncia e solicita obséquia vossência sindicância Bolsa Algodão São Paulo vg. virtude seguidas manobras baixistas exatamente época fechamento negócios maquinistas interior junto colonizadores vg. com enormes prejuízos para lavoura pt. Reafirmamos Bolsa funciona através junta corretores vg. com reduzido número e por vezes não refletindo realidade mercado pt. Insuportável continuação atividade produção virtude preços baixos época safra vg. bem como enorme diferencial valor entre tipos vg. somente reagindo após compra total produtos lavoura.

ATENCIOSAMENTE

WILSON BAGGIO — Presidente"

Srs. Deputados, compete a todas as Assembleias, a todos os homens que ocupam função pública, procurarem de uma maneira ou de outra, contribuir para que realmente o mercado de algodão tenha o seu nível compatível com o custo de sua produção.

Hoje, praticamente, o preço do algodão está equivalendo ao do ano passado, o que realmente é um absurdo, considerando a diferença que existe entre o preço mínimo taxado pelo Governo, entre o ano anterior e o presente.

E é com este sentido que nós apresentamos à apreciação desta Casa o seguinte requerimento: (Lendo):

"Senhor Presidente:

O Deputado que abaixo subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e, após ouvido o Plenário, requer, seja oficiado ao Excelentíssimo Senhor Doutor Luiz Fernando de Cirne Lima, Ministro da Agricultura e Doutor Marcos Vinicius de Moraes, Ministro da Indústria e Comércio, solicitando os seus bons ofícios no sentido de que seja feita a verificação na Bolsa de Mercadorias de São Paulo dos motivos determinantes que vem acarretando profundas, sensíveis e acentuadas baixas na cotação do algodão.

Requer, ainda, que a decisão desta Casa, seja dada ciência ao Sindicato Rural de Cornélio Procopio, que vem em trabalho de grande envergadura denunciando as manobras baixistas no mercado de algodão, prejudicando aos produtores.

Sala das Sessões, em 13 de junho de 1972.

(a) Rosário Pitelli"

Solicitamos, portanto, desta Casa a aprovação do presente Requerimento, considerando que dessa forma estaremos assegurando aos produtores de algodão do Paraná, dias melhores, para que na próxima safra, não tenhamos ainda maior a redução de produção de plantio, que verificamos este ano.

Obrigado. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — Concedo a palavra ao orador inscrito, no Pequeno Expediente, Sr. Deputado Antônio Lopes Júnior.

O SR. ANTONIO LOPES JUNIOR — Sr. Presidente, Srs. Deputados. Venho à Tribuna nestes poucos minutos do Pequeno Expediente, para manifestar meu apoio a duas iniciativas: primeiramente ao solicitado na pouco pelo nobre Deputado Rosário Pitelli, solicitando providências desta Casa junto ao Sr. Ministro da Agricultura, para que hoje um paradeiro nesse problema violento que se processa constantemente com o algodão, no Paraná. Quero, aproveitando a oportunidade, dizer que não é somente o algodão que sofre esta influência; mas infelizmente estamos quase que numa dependência, quase que permanente, do Estado de São Paulo e tem acontecido com quase todos os produtos.

E preciso, segundo o desejo das grandes organizações que o Paraná seja apenas o Estado essencialmente agrícola que exporta a matéria prima, que exporta produtos primários, para que sejam industrializados em São Paulo e retornem ao Estado do Paraná. Acontece com o algodão e com o soja também que é exportado o óleo bruto e recebemos novamente o mesmo óleo, refinado. Até a própria batata, na região sul, tem acontecido isso; retorna em pacotinhos, muito bem feita, para ser vendida nos bares.

Muito louvável a iniciativa do Deputado Rosário Pitelli; tem todo o nosso apoio.

Queria apoiar a iniciativa do nobre Deputado João Fadel, na tarde de ontem, solicitando em forma de Projeto de Lei, a criação de uma Fundação para a valorização do Vale do Iguaçu. A verdade, no instante em que o Plano Nacional de Desenvolvimento pede e exige do Paraná, e com a produção agrícola, é preciso que esta vasta região seja revitalizada dessa revitalização às margens deste rio que já teve uma influência extraordinária em nosso Estado, uma vasta, uma enorme produção de cereais.

Meus parabéns também ao Deputado João Fadel, e faz com este apoio não apenas como representante que parte é banhado pelo Rio Iguaçu, mas como Deputado que se preocupa com o Destino do Estado do Paraná.

Obrigado. — (Sem revisão do orador)

O SR. PRESIDENTE — Não havendo mais oradores inscritos para o Pequeno Expediente, nem para o Grande Expediente, declaro encerrada a Hora do Expediente.

Passa-se à

ORDEM DO DIA,

com a presença de 42 Srs. Deputados.

Sobre a mesa, Projeto de Lei de autoria do Sr. Deputado Erony Silvério, constante do Expediente. Necessita de apoio. — Apoiado. Irá a Comissão de Constituição e Justiça.

Emenda de autoria do Sr. Deputado Antônio Lopes Júnior, constante do Expediente, ao Projeto de Lei n. 13-72. Necessita de apoio. — Apoiada. Será anexada ao Projeto.

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Srs. Deputados:

3a. Discussão — do Projeto de Lei n. 74-70, de autoria do Dep. Túlio Vargas, que transfere ao Departamento de Estradas de Rodagem, para efeito de conservação, a Rodovia no Município de Guaraniáçu, que liga a BR-277, na altura do quilômetro 315, até o Rio Piquiri, divisa com o Município de Palmital. Pareceres favoráveis da C.C.J., C.F. e C.O.P.T.C. — **Aprovado.**

3a. Discussão — do Projeto de Lei n. 92-70, de autoria do Dep. David Federmann, que autoriza o Poder Executivo a transferir ao D.E.R., para efeito de conservação e melhoria a estrada que liga Carambei a Tibagi. Pareceres favoráveis da C.C.J., C.F. e C.O.P.T.C. — **Aprovado.**

3a. Discussão — do Projeto de Lei n. 235-71, de autoria do Dep. Jorge Sato, fica declarada de Utilidade Pública a Associação dos Professores de Maringá, "A.P.M.", com sede na cidade de Maringá. Parecer favorável da C.C.J. — **Aprovado.**

3a. Discussão — do Projeto de Lei n. 28-72, de autoria do Poder Executivo — Mensagem n. 7-72, encaminhando anteprojeto que introduz alterações à Lei n. 5.971, de 24-7-69, que dispõe sobre o Fundo de Crédito Agropecuario. Pareceres favoráveis da C.C.J. e C.F. **Em Regime de Urgência.** — **Aprovado.**

3a. Discussão — do Projeto de Resolução n. 14-72, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, ex-Proposição n. 109-72 aprova o termo de convênio celebrado em 29-7-70, entre o Instituto Brasileiro do Café, através do (GERCA) e o Governo do Estado do Paraná, para implantação do Instituto Agrônomico do Norte do Paraná. Parecer favorável da C.C.J. **Em Regime de Urgência.** — **Aprovado.**

2a. Discussão — do Projeto de Lei n. 195-70, de autoria do Dep. Túlio Vargas, fica criada uma Escola Normal de Grau Girasial em Marumbi. Pareceres favoráveis da C.C.J., C.F. e C.I.P. — **Aprovado artigo por artigo.**

2a. Discussão — do Projeto de Lei n. 199-70, de autoria do Dep. Paulo Poli, que autoriza o Poder Executivo a criar uma Escola de Comércio, em Mamborê e dá outras providências. Pareceres favoráveis da C.C.J., C.F. e C.I.P. — **Aprovado artigo por artigo.**

2a. Discussão — do Projeto de Lei n. 214-70, de autoria do Dep. Arthur de Souza, que autoriza o Poder Executivo a criar uma Escola Normal de Grau Secundário em Curitiba. Pareceres favoráveis da C.C.J., C.F. e C.I.P. — **Aprovado artigo por artigo.**

2a. Discussão — do Projeto de Lei n. 13-72, de autoria do Poder Executivo — Mensagem n. 2-72, encaminhando anteprojeto de lei complementar que institui o Conselho de Contribuintes e recursos Fiscais (CCRF), vinculado a Secretaria da Fazenda e destinado ao julgamento em instância administrativa de questões tributárias. Pareceres favoráveis da C.C.J. e C.F. — **Em Regime de Urgência.** — Em votação o projeto, ressalvada a emenda. — **Aprovado artigo por artigo.** Em votação a emenda. — **Aprovada.**

2a. Discussão — do Projeto de Lei n. 44-72, de autoria do Dep. Jorge Sato, que declara de Utilidade Pública a Escola Especializada Primavera, de atendimento a crianças excepcionais, nesta Capital. Parecer favorável da C.C.J. — **Em Regime de Urgência.** — **Aprovado artigo por artigo.**

1a. Discussão — do Projeto de Lei n. 219-70, de autoria do Dep. Túlio Vargas, que autoriza o Poder Executivo a criar um Curso Colegial em Paissandu e dá outras providências. Pareceres favoráveis da C.C.J., C.F. e C.I.P. — **Aprovado.**

PROJETO DE LEI N. 219-70

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1.º — Fica o Poder Executivo autorizado a criar um curso colegial, anexo ao Ginásio Estadual, na sede do Município de Paissandu.

Art. 2.º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 18 de agosto de 1970.

(a) Túlio Vargas

JUSTIFICAÇÃO:

No atual sistema de ensino paranaense, o ensino colegial é a etapa sucessora do primário e ginásial. No referido Município, há cursos primários e um ginásial de modo que os jovens ali residentes necessitam de curso chamado "científico" para dar continuidade ao processo de aprendizagem, que só terminará na graduação em nível superior.

E portanto, uma exigência da própria sistemática educacional atualmente posta em prática a criação pretendida no projeto.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

PROJETO DE LEI N. 219-70

AUTOR: Deputado Túlio Vargas

SUMULA: Autoriza o Poder Executivo a criar um Curso Colegial em Paissandu e dá outras providências.

P A R E C E R

No Projeto em tela, que visa autorizar a criação do estabelecimento de ensino temos que relevar os seguintes pontos:

1.º — É política do Governo Federal e Estadual, a ampliação tanto quanto possível da rede de ensino em todos os seus graus razão pela qual dezenas de estabelecimentos vem sendo criados, inclusive movimentos meritórios, como o Mobral, visando atingir até mesmo os que não podem chegar a escola, indo ela, até eles.

2.º — O Deputado Estadual é o legítimo representante do povo que sente "in loco" os problemas e, no caso, o educacional, sendo ao mesmo tempo o que possui o mandato do povo, para equacionar a necessidade local de um novo estabelecimento de ensino.

ASPECTO CONSTITUCIONAL

3.º — Está havendo uma controvérsia quanto a competência ou não da Assembléia Legislativa em tratar do assunto em análise, sob a afirmação de que a Casa não pode tomar a iniciativa de autorizar ou criar um estabelecimento, baseados na interpretação dos textos constitucionais que abaixo citamos:

4.º — A Constituição Federal em seu artigo 65 dispõe:

"É da competência do Poder Executivo a iniciativa das leis orçamentárias e das que abram créditos, fixem vencimentos e vantagens dos servidores públicos, concedam subvenção ou auxílios ou, de qualquer modo, autorizem, criem ou aumentem a despesa pública".

5.º — Este dispositivo é repetido em nossa Constituição Estadual em seu artigo 47:

"Compete privativamente ao Governador:

I — Iniciar o processo legislativo das leis que disponham sobre a matéria financeira, criem ou extingam cargos, funções ou empregos públicos, aumentem os vencimentos e vantagens dos servidores ou acrescem a despesa bem como fixem ou modifiquem os efetivos da Polícia Militar".

O fundamento que se baseia a contraditória é a de que a "Lei autoriza despesas".

ANÁLISE DA CAUSA EM QUESTÃO

6.º — É preciso que distingamos perfeitamente o sentido da Lei em tese e o que ocorre na prática, isto é, no mecanismo que se processa da autorização até o funcionamento de um estabelecimento educacional, senão vejamos:

a) — fase autorizatória: — não implica em nenhuma despesa, senão apenas a fase inicial de um estudo localizado do problema;

b) — fase de criação: — a criação de um estabelecimento também em nada compromete financeiramente o Estado, senão na fixação pública do Governo de que criará, condicionando ao tempo necessário e as condições técnicas, o estabelecimento requerido pela população;

c) — fase de instalação: — é a fase em que o Estado tem que ter tudo previsto para o início do funcionamento, que se dá com este ato, que passará a depender de recursos financeiros, por tanto de despesas;

d) — fase de funcionamento: — é aquela em que normalmente decorre o trabalho do ensino sob a égide e nome do estabelecimento com despesas normais de professores, funcionários etc..

Ve-se, pela exposição clara e objetiva de que não há nenhum dispositivo constitucional, quer Federal ou Estadual que seja contrário a autorização legislativa, que não implica em nenhuma despesa, mais sim, no mero início público e oficial do equacionamento do problema, sendo portanto matéria de ordem geral, cuja faculdade é prevista na Constituição, artigo 21, onde são estabelecidas as atribuições do Poder Legislativo.

"I — Legislar sobre as matérias de competência do Estado".

ASPECTO LEGAL

O nobre Deputado Candido Manoel Martins de Oliveira em seu parecer, dispõe que o projeto em tela vinha colidir com a Lei normativa 4.178, em seu artigo 30, de 5 de dezembro de 1964 — Sistema Estadual de Ensino — data vinda aos argumentos ali expendidos, discordamos de que isto ocorra pelo seguinte:

a) A mera autorização legislativa não colide, de forma nenhuma com o artigo invocado do Sistema Estadual de Ensino que diz: "Os estabelecimentos oficiais de ensino de grau primário e médio a serem mantidos pelo Estado do Paraná, serão criados por decreto do Poder Executivo, por proposta da Secretaria de Educação e Cultura".

b) Observa-se de que a "fase autorizatória" que envolve o presente projeto de lei, é fase anterior a criatória, que envolve o artigo 30 da lei 4.178. Daí observa-se que esta lei é uma extensão, um prosseguimento àquela que autoriza.

Encerradas as observações quanto a lei autorizatória analisamos a criatória.

A Lei 4.178, nada mais é de que um dispositivo votado pela Casa, em função da legislação vigente, sendo por outro lado a "lei que cria" um estabelecimento educacional paralela a esta genérica, com a grande vantagem de tirar o caráter geral, para fixá-lo no particular criar o estabelecimento no "lugar tal" visando o atendimento do povo.

Não há nenhum dispositivo nesta lei que proíba a Assembléia de autorizar ou criar um estabelecimento educacional, pois se isto ocorresse, o texto teria que ser "só serão criados por decreto do Poder Executivo, mediante proposta da Secretaria de Educação e Cultura", o que não ocorre no caso.

Finalmente, observada a inexistência real de dispositivos conflitantes, de ordem constitucional ou legal, opinamos pela aprovação do presente projeto de lei.

É o Parecer.

Sala das Comissões, em 15 de julho de 1971.

aa) Wilson Brandão — Presidente

Igo Losso — Relator

Arthur de Souza

Acyr José

Cândido M. de Oliveira — vencido.

Muggiati Filho

Gilberto Carvalho

Sebastião R. Júnior.

COMISSÃO DE FINANÇAS

PARECER

Sem falar na nova estrutura e funcionamento do ensino de 1.º e 2.º graus, que serão implantados em todo o País, a partir de 1972, concluímos que a criação de escolas é uma necessidade que demanda atendimento.

A matéria não apresenta obstáculos de ordem financeira, somos portanto pela sua aprovação.

Parecer favorável.

Sala das Comissões, em 26 de agosto de 1971.

aa) Leopoldo Jacomet — Presidente

Paulo Poli — Relator

Santos Lima

Maurício Fruct

Fuad Nacli.

Comissão de Instrução Pública

PARECER AO PROJETO DE LEI N. 219-70

Esta Comissão nada tem a opor, quanto a presente pretensão, daí a opinarmos favoravelmente. É o Parecer.

Sala das Comissões, em 26 de outubro de 1971.

aa) Antonio Lopes Júnior

Francisco Escorsin — Relator

Alvaro Dias

Arizone Araújo

1.ª Discussão — do Projeto de Lei n. 240-70 de autoria do Dep. Pinto Dias, cria um Curso Científico no Ginásio Estadual de Assis Chateaubriand. Pareceres favoráveis da C.C.J., C.F. e C.I.P. Com EMENDA Aprovado.

PROJETO DE LEI N. 240-70
A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1.º — Fica criado um curso científico para funcionar em 1971 no Ginásio Estadual de Assis Chateaubriand.

Art. 2.º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 15 de setembro de 1970.

a) — Deputado Pinto Dias

JUSTIFICATIVA:

O Município de Assis Chateaubriand, cujo ritmo de desenvolvimento é um dos maiores de nosso Estado, está carecendo atualmente de melhores condições de ensino para seus municípios.

Possuindo enorme contingente de alunos em idade escolar, quando concluem o curso ginasial ou se locomovem para outros municípios para prosseguir seus estudos, ou então dão os mesmos por encerrados.

A criação do curso científico no Ginásio Estadual já existente virá preencher a lacuna que vem retardando o progresso do Município de Assis Chateaubriand.

Assim sendo, contamos com a aprovação do presente projeto por esta Casa de Leis.

Comissão de Constituição e Justiça

PROJETO DE LEI N. 240-70

AUTOR: Dep. Pinto Dias.

SUMULA: Cria um Curso Científico, no Ginásio Estadual de Assis Chateaubriand.

PARECER

Muito embora a justificativa apresentada demonstre, com dados respeitáveis e razões relevantes, a necessidade e oportunidade de se criar o estabelecimento de ensino objeto deste plano de lei, somos de parecer contrário à sua aprovação, por motivos de ordem legal. E firmamos esta posição não apenas em relação a este, mais igualmente a outros projetos de lei que visam a criação de novos estabelecimentos de ensino, em razão do Art. 30, da Lei n. 4.178, de 5 de dezembro de 1964 (Sistema Estadual de Ensino), que diz o seguinte: "Os estabelecimentos oficiais de ensino de grau primário e médio a serem mantidos pelo Estado do Paraná, serão criados por decreto do Poder Executivo, por proposta da Secretaria de Educação e Cultura". Ora, se já existe uma lei autorizando o Poder Executivo a criar estabelecimentos de ensino tanto do nível primário, quanto do nível médio, entendemos ser totalmente desnecessário outra lei autorizatória. Além disso, se o Sistema Estadual de Ensino conferiu aquele Poder tal prerrogativa, o fez, evidentemente, com o objetivo de dar à S.E.C. o direito e, mesmo o dever, de só propor criação de novos estabelecimentos de ensino, após a verificação prévia das condições de funcionamento consentâneas com as normas emanadas do Conselho Estadual de Educação e com o próprio orçamento do Estado.

Em termos educacionais, entendemos que a criação de uma Escola de nível médio, deve respeitar um planejamento global emanado do órgão competente do Governo. Não nos reportamos apenas a questões de ordem financeira, mas, também à disponibilidade de Professores habilitados, estatística de alunos na faixa etária correspondente e, inclusive, mercado de trabalho aos egressos de Escola que se pretende criar.

Longe de nós, entretanto, desejar excluir o legislador, o representante popular, o Deputado Estadual — que teoricamente é a pessoa que mais deve conhecer os problemas de sua região, bem como as necessidades fundamentais em todos os campos de atividade, inclusive e, sobretudo, o educacional, do processo de criação de novos estabelecimentos de ensino. Entendemos apenas, que o projeto de lei, não é o caminho legal e normal, para colimar tal objetivo.

Para despertar a atenção do Poder Executivo sobre as necessidades de um município ou de uma região e, ainda para solicitar providências ou determinadas medidas do Governo, o Regimento Interno da Casa nos indica caminhos variados, entre os quais o Requerimento e as Indicações.

Diante disso, opinamos no sentido de que o presente projeto de lei, assim como os que tratam do mesmo assunto, ouvidos os seus autores, sejam transformados em requerimentos a serem encaminhados ao Chefe do Poder Executivo e à Secretaria de Educação e Cultura.

É o Parecer.

Sala das Comissões, em 30.4.71.

aa) Wilson Brandão — Presidente

Cândido M. de Oliveira — Relator — Vencido.

Muggiati Filho — Vencido.

Odilon Reinhardt

Gilberto Carvalho

Sebastião Rodrigues Júnior

Arthur de Souza

Igo Losso

Emílio Carazzai.

Comissão de Constituição e Justiça

AUTOR: Dep. Pinto Dias

SUMULA: Cria um curso científico no Ginásio Estadual de Assis Chateaubriand.

PARECER.

No projeto em tela, que visa autorizar a criação do estabelecimento de ensino temos que relevar os seguintes pontos:

1.º — É política do Governo Federal e Estadual a ampliação tanto quanto possível da rede de ensino em todos os seus graus, razão pela qual dezenas de estabelecimentos vem sendo criados, inclusive movimentos meritórios como o Mobral, visando atingir até mesmo os que não podem chegar à escola indo ela, até eles;

2.º — O Deputado Estadual é o legítimo representante do povo que sente "in loco" os problemas e, no caso, o educacional, sendo ao nosso ver o que possui o mandato do povo, para equacionar a necessidade local de um novo estabelecimento de ensino;

ASPECTO CONSTITUCIONAL

3.º — Está havendo uma controvérsia quanto a competência ou não da Assembléia Legislativa em tratar do assunto em análise, sob a afirmação de

que a Casa não pode tomar a iniciativa de autorizar ou criar um estabelecimento, baseados na interpretação dos textos constitucionais que abaixo citamos:

4.º — A Constituição Federal em seu artigo 65 dispõe:

"É da competência do Poder Executivo a iniciativa das leis orçamentárias e das que abram créditos, fixem vencimentos e vantagens dos servidores públicos, concedam subvenção ou auxílio ou, de qualquer modo, autorizem, criem ou aumentem a despesa pública".

5.º — Este dispositivo é repetido em nossa Constituição Estadual em seu artigo 47:

"Compete privativamente ao Governador:

I — Iniciar o processo legislativo das leis que disponham sobre a matéria financeira criem ou extingam cargos, funções ou empregos públicos, aumentem os vencimentos e vantagens dos servidores ou acrescem a despesa bem como fixem ou modifiquem os efetivos da Polícia Militar".

O fundamento que se baseia a contraditória é a de que a "lei autoriza despesas".

ANÁLISE DA CAUSA EM QUESTÃO

6.º — É preciso que distingamos perfeitamente o sentido da lei em tese e o que ocorre na prática, isto é, no mecanismo que se processa da autorização até o funcionamento de um estabelecimento educacional, senão vejamos:

a) — fase autorizatória: — não implica em nenhuma despesa, senão apenas a fase inicial de um estudo localizado do problema;

b) — fase de criação: — a criação de um estabelecimento também em nada compromete financeiramente o Estado, senão na fixação pública do Governo de que criará, condicionando ao tempo necessário e as condições técnicas, o estabelecimento requerido pela população;

c) — fase de instalação: — é a fase em que o Estado tem que ter tudo previsto para o início do funcionamento, que se dá com este ato que passará a depender de recursos financeiros, por tanto de despesas;

d) — fase de funcionamento: é aquela em que normalmente decorre o trabalho do ensino sob a égide e nome do estabelecimento com despesas normais de professores, funcionários etc.;

Vê-se, pela exposição clara e objetiva de que não há nenhum dispositivo constitucional, quer Federal ou Estadual que seja contrário a autorização legislativa, que não implica em nenhuma despesa, mas sim no mero início público e oficial do equacionamento do problema, sendo portanto matéria de ordem geral, cuja faculdade é prevista na Constituição Estadual, artigo 21, onde são estabelecidas as atribuições do Poder Legislativo:

"I — Legislar sobre as matérias de competência do Estado".

ASPECTO LEGAL

O nobre deputado Cândido Manoel Martins de Oliveira, em seu brilhante parecer, dispois que o projeto em tela vinha colidir com a Lei normativa 4.178, em seu artigo 30, de 5 de dezembro de 1964 — Sistema Estadual de Ensino — data vênua aos argumentos ali expendidos, discordamos de que isto ocorra pelo seguinte:

a) — A mera autorização legislativa não colide de forma nenhuma com o artigo invocado do Sistema Estadual de Ensino que diz: "Os estabelecimentos oficiais de ensino de grau primário e médio a serem mantidos pelo Estado do Paraná, serão criados por decreto do Poder Executivo, por proposta da Secretaria de Educação e Cultura".

b) — Observa-se de que a "fase autorizatória" que envolve o presente projeto de lei, é fase anterior a criatória, que envolve o artigo 30 da lei 4.178. Dai observa-se que esta lei é uma extensão, um prosseguimento àquele que a autoriza.

Encerradas as observações quanto a lei autorizatória, analisemos a criatória.

A Lei 4.178, nada mais é de que um dispositivo votado pela Casa, em função da legislação vigente, sendo por outro lado a "lei que cria" um estabelecimento educacional paralela a esta genérica, com a grande vantagem de tirar o caráter geral, para fixá-lo no particular e criar o estabelecimento no "lugar tal" visando o atendimento do povo.

Não há nenhum dispositivo nesta lei que proíba a Assembléia de autorizar ou criar um estabelecimento educacional, pois se isto ocorresse, o texto teria que ser "só serão criados por decreto do Poder Executivo, mediante proposta da Secretaria de Educação e Cultura", o que não ocorre no caso.

Finalmente, observada a inexistência real de dispositivos conflitantes, quer de ordem constitucional ou legal, opinamos pela aprovação do presente projeto de lei, conforme emenda substitutiva anexa.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 21 de julho de 1971.

aa) Wilson Brandão — Presidente

Igo Iwant Losso — Relator

Arthur de Souza

Acyr José

Cândido M. de Oliveira — Vencido.

Muggiati Filho

Gilberto Carvalho

Comissão de Constituição e Justiça
EMENDA SUBSTITUTIVA

Onde se lê:

"a partir de 1971",

Leia-se:

"A PARTIR DO PRÓXIMO ANO LETIVO"

Sala das Comissões, em 8 de julho de 1971.

COMISSÃO DE FINANÇAS

AUTOR: Dep. Pinto Dias

SUMULA: — Cria um Curso Científico no Ginásio Estadual de Assis Chateaubriand.

PARECER

O nobre deputado autor da presente proposição, já justificou muito bem a apresentação do mesmo.

Tratando-se de matéria meramente autorizatória, não vê esta Comissão nenhuma implicação de ordem financeira, razão pela qual somos pela sua aprovação.

Parecer favorável.

Sala das Comissões, em 8 de agosto de 1971.

aa) Leopoldo Jacomet — Presidente

Fuad Nacli — Relator

Santos Lima

Paulo Poli.

Comissão de Instrução Pública

PROJETO DE LEI N. 240-70

AUTOR: Dep. Benedito Pinto Dias

SUMULA: Cria um Curso Científico no Ginásio Estadual de Assis Chateaubriand.

PARECER: Entendeu a douda Comissão de Constituição e Justiça, apresentar uma Emenda substitutiva ao referido Projeto de Lei e opinar favoravelmente ao mesmo.

Portanto, nessas condições, também opinamos favoravelmente.

Sala das Comissões, em 26 de outubro de 1971.

a) Antonio Lopes Júnior — Presidente

Francisco Escorsin — Relator

Alvaro Dias

Arizone Araújo

1.a Discussão — do Projeto de lei n. 69-71, de autoria do Dep. João Mansur, que autoriza o Poder Executivo a criar um Ginásio Estadual no Distrito de "Três Barras", Município de Catanduvas, para funcionar a partir do ano letivo de 1972. Pareceres favoráveis da C.C.J., C.F. e C.I.P., com EMENDA. EM REGIME DE URGÊNCIA. — **Aprovado.**

PROJETO DE LEI N. 69-71

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1.º — Fica o Poder Executivo autorizado a criar um Ginásio Estadual, no Distrito de Três Barras, Município de Catanduvas, para funcionar a partir do ano letivo de 1972.

Art. 2.º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 21 de maio de 1971.

a) Dep. João Mansur.

JUSTIFICATIVA:

O plano de lei que ora submetemos à apreciação dos nobres pares, representa um dos grandes anseios dos moradores da região, os quais encontram-se no momento, sem condições de oferecerem melhor educação aos seus filhos.

Uma distância superior a 20 kms separa a sede do Distrito do Município, dificultando a locomoção dos alunos até o Ginásio ali existente.

A região é composta de pessoas com pequenos recursos, sendo a maioria agricultores, cujos filhos também ajudam na lavoura.

Esta, em síntese, a justificativa do Projeto, o qual acreditamos merecerá o apoio integral dos Senhores Deputados com assento nesta Casa.

Comissão de Constituição e Justiça

PROJETO DE LEI N. 69-71

AUTOR: Deputado João Mansur.

SUMULA: Autoriza o Poder Executivo a criar um ginásio estadual no Distrito de "Três Barras", Município de Catanduvas.

PARECER

Recebo para parecer o projeto em tela, de vez que esta Comissão de Justiça deixou de aprovar as conclusões do Sr. relator Dep. Cândido Martins de Oliveira.

O relato obedecerá pois, a decisão da maioria.

Em verdade, não vejo óbices constitucionais ou legais que possam vencer no sentido de não se aceitar o projeto.

Se é verdade que o chefe do Executivo já detém poderes para tanto, por simples decreto, não há como se lhe reconhecer os mesmos direitos através de leis, que podem e devem emanar do Legislativo. Não deixa de ser uma forma de se levar ao conhecimento do Sr. Governador, a necessidade de se criar em determinado lugar mais um estabelecimento de ensino.

Quanto ao mérito, louvável a iniciativa.

Sala das Reuniões, em 27 de outubro de 1971.

(aa.) Wilson Brandão — Presidente

Armando Queiroz — Relator

Sebastião R. Júnior

Arthur de Souza

Muggiati Filho

Gilberto Carvalho

COMISSÃO DE FINANÇAS

PARECER ao Projeto de Lei n.º 69-71

A matéria é de caráter meramente autorizatório. Não encontramos nenhum óbice de impedimento financeiro. Quanto ao mérito, de acordo com a nova estrutura e funcionamento do ensino de 1.º e 2.º graus, que serão implantados em todo o país, a partir de 1972, concluímos que criar escolas é uma necessidade que demanda atendimento.

Parecer favorável.

Sala das Comissões, em 25 de novembro de 1971.

(aa.) Leopoldo Jacomet — Presidente

Maurício Fruct — Relator

Ovídio Franzoni

Gabriel Manoel

COMISSÃO DE INSTRUÇÃO PÚBLICA

O presente Projeto de Lei submetido ao estudo e parecer desta Comissão, pretende criar um Ginásio Estadual no Distrito de "Três Barras", Município de Catanduvas.

Pelas próprias razões da justificativa e respeitável pronunciamento da Douda Comissão de Constituição e Justiça, concluímos pela sua aprovação, com a Emenda Modificativa que anexo oferecemos.

É o parecer.

Sala das Comissões, em ...

(aa) Antonio Lopes Júnior — Presidente

Arizone Araújo — Relator

Cândido Martins de Oliveira

Alvaro Dias

Gabriel Manoel

EMENDA MODIFICATIVA N.º

AO PROJETO DE LEI N.º 69-71

No art. 1.º onde se lê:

"para funcionar a partir do ano letivo de 1972".

LEIA-SE:

"para funcionar a partir do próximo ano letivo"

Sala das Comissões, em ...

(aa.) Presidente ...

Relator — Arizone Araújo

1.a DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 122-71, de autoria do Dep. Quiêlse Crisóstomo da Silva, autoriza o Poder Executivo, criar na sede do Município de Colorado, uma Circunscrição de trânsito, com jurisdição nos Municípios que especifica. Pareceres favoráveis da C.C.J., C.F. e C.P., com SUBSTITUTIVO. EM REGIME DE URGÊNCIA — **Aprovado.**

PROJETO DE LEI N.º 122-71

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

Decreta:

Art. 1.º — Fica autorizado o Poder Executivo a criar, na sede do Município de Colorado, uma circunscrição de trânsito, com jurisdição nos Municípios de Nossa Senhora das Graças, Itaguapé, Santa Inez, Santo Inácio, Paranacity, Paranaipoema, Jardim Olinda, Inajá, Lupionópolis, Guaraci e Cafeára.

Art. 2.º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 28 de junho de 1971.

(a) Dep. Quiêlse Crisóstomo da Silva

JUSTIFICATIVA:

Os Municípios nominados no presente projeto de lei, atualmente pertencem à jurisdição de Maringá, o que, face à distância, ocasiona transtornos as suas populações quando precisam regular seus problemas de trânsito. Com a criação de uma circunscrição de trânsito em Colorado esses problemas serão superados. Por isso a apresentação deste Plano de Lei, que esperamos ver aprovado.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

PROJETO DE LEI N.º N.º 122-71

Autor: — Dep. Quiêlse Crisóstomo da Silva

Súmula: — Cria uma circunscrição de trânsito no Município de Colorado

PARECER

O presente plano de lei, de autoria do nobre Deputado Quiêlse Crisóstomo da Silva, tem por objetivo criar uma circunscrição de trânsito na sede do Município de Colorado, com jurisdição sobre os Municípios de Nossa Senhora das Graças, Itaguapé, Santa Inez, Santo Inácio, Paranacity, Paranaipoema, Jardim Olinda, Inajá, Lupionópolis, Guaraci e Cafeára, Municípios esses que atualmente pertencem à jurisdição de Maringá.

O projeto, além de oportuno, é perfeitamente constitucional, razão pela qual opinamos pela sua aprovação, na conformidade do substitutivo anexo.

Sala das Comissões, em 29 de setembro de 1971.

(aa.) Wilson Brandão — Presidente

Cândido Martins de Oliveira — Relator

Emílio Carazzai

Sebastião R. Júnior

Muggiati Filho

Antonio Maciel

SUBSTITUTIVO

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

Decreta:

Art. 1.º — Fica autorizado o Poder Executivo a criar, na sede no Município de Colorado, uma circunscrição de trânsito, cuja jurisdição abrangerá também os Municípios de Nossa Senhora das Graças, Itaguapé, Santa Inez, Santo Inácio, Paranacity, Paranaipoema, Jardim Olinda, Inajá, Lupionópolis, Guaraci e Cafeára.

Art. 2.º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 29 de setembro de 1971

(aa.) Wilson Brandão — Presidente

Cândido Martins de Oliveira — Relator

COMISSÃO DE FINANÇAS

Parecer ao Projeto de Lei N.º 122-71

Sob o ponto de vista financeiro que cabe esta Comissão opinar, somos pela aprovação.

A matéria em pauta é de caráter meramente autorizatório, não havendo nenhum impedimento de ordem financeira.

Parecer favorável, de acordo com substitutivo.

Sala das Comissões, em 14 de outubro de 1971.

(aa.) Leopoldo Jacomet — Presidente

Ovídio Franzoni — Relator

Santos Lima

Maurício Fruct

COMISSÃO DE POLÍCIA

Parecer ao Projeto de Lei N.º 122-71

1) — O eminente Deputado Quiêlse Crisóstomo da Silva, pretende, por via do Projeto de Lei n.º 122-71, autorizar o Poder Executivo a criar, na sede do Município de Colorado, uma Circunscrição de Trânsito, com jurisdição também nos Municípios de Nossa Senhora das Graças, Itaguapé, Santa Inez, Santo Inácio, Paranacity, Paranaipoema, Jardim Olinda, Inajá, Lupio.

nópolis, Guaraci e Cafeára.

2) — A justificativa que acompanha o plano de lei é de molde a convencer, relevando a oportunidade da iniciativa no que concerne solucionar de vez problemas atinentes aos serviços de trânsito da região abrangida.

3) — **Opinamos, pois, pela aprovação.**

Sala das Comissões, em 29 de maio de 1972.

(aa) Aguiñaldo Pereira Lima — Presidente

Paulo Poli — Relator

Antonio Belinati

1.a DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 123-71, de autoria do Dep. Quiélse Crisóstomo da Silva, autoriza o Poder Executivo, criar na sede do Município de Astorga, uma Circunscrição de trânsito, com jurisdição nos Municípios que especifica. Pareceres favoráveis da C.C.J., C.F. e C.P. EM REGIME DE URGÊNCIA. — **Aprovado.**

PROJETO DE LEI N.º 123-71

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

D e c r e t a :

Art. 1.º — Fica autorizado o Poder Executivo a criar, na sede do Município de Astorga, uma circunscrição de trânsito, com jurisdição nos Municípios de Santa Fé, Iguaçu, Lobato, Munhoz de Mello e Sabáudia.

Art. 2.º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 24 de junho de 1971.

(a.) Dep. Quiélse Crisóstomo da Silva

JUSTIFICATIVA:

Os Municípios nominados no presente Projeto de Lei, atualmente pertencem à jurisdição de Maringá, o que, face à distância, ocasiona transtornos às suas populações quando precisam regular seus problemas de trânsito. Com a criação de uma circunscrição de trânsito em Astorga esses problemas serão superados. Por isso a apresentação deste plano de lei, que esperamos ver aprovado.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

PROJETO DE LEI N.º 123-71

Autor: — Dep. Quiélse Crisóstomo da Silva

Súmula: — Autoriza o Poder Executivo criar na sede do Município de Astorga, uma circunscrição de trânsito com jurisdição nos Municípios que especifica.

PARECER

O presente plano de lei tem por objetivo criar uma circunscrição de trânsito na sede do Município de Astorga, está devidamente articulado atendendo exigência contida no Regimento Interno.

A referida iniciativa não contraria qualquer preceito, quer de ordem legal, quer de ordem constitucional.

Através da justificativa do autor, convencemo-nos da sua oportunidade.

Nestas condições, somos pela aprovação do Projeto de Lei.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 17 de novembro de 1971.

(aa.) Emílio Carazzai — Presidente

Muggiati Filho — Relator

Armando Queiroz

Odilon Reinhardt

Cândido Martins de Oliveira

Borsari Netto

Gilberto Carvalho

COMISSÃO DE FINANÇAS

Parecer ao Projeto de Lei n.º 123-71

A matéria já devidamente articulada, nos convence plenamente da sua necessidade. Quanto ao aspecto financeiro que cabe esta Comissão analisar, não encontramos nenhum impedimento de ordem financeira.

Parecer favorável.

Sala das Comissões, em 25 de novembro de 1971

(aa.) Leopoldo Jacome! — Presidente

Fuad Nacli — Relator

Paulo Poli

Gabriel Manoel

COMISSÃO DE POLÍCIA

Parecer ao Projeto de Lei N.º 123-71

1) — O Projeto de Lei n.º 123-71, em regime de urgência, de autoria do nobre Deputado Quiélse Crisóstomo da Silva, visa a criação, na sede do Município de Astorga, de uma Circunscrição de Trânsito, a qual terá, também, jurisdição nos Municípios de Santa Fé, Iguaçu, Flórida, Lobato, Munhoz de Mello e Sabáudia.

2) — A justificativa que acompanha o Projeto enseja a sua aprovação, considerando as relevantes razões apontadas pelo autor da iniciativa.

3) — Destarte, opinamos pela sua aprovação.

Sala das Comissões, em 29 de maio de 1971

(aa) Aguiñaldo Pereira Lima — Presidente

Antonio Belinati — Relator

Paulo Poli

1.a DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 145-71, de autoria do Dep. Fuad Nacli, cria uma Escola Normal Colegial Estadual no Município de Nova Aurora, para funcionar a partir de 1972. Pareceres favoráveis da C.C.J., C.F. e C.I.P., com SUBSTITUTIVO. EM REGIME DE URGÊNCIA. — **Aprovado.**

PROJETO DE LEI N.º 145-71

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

D e c r e t a :

Art. 1.º — Fica criada uma Escola Normal Colegial Estadual no Município de Nova Aurora, para funcionar a partir de 1972.

Art. 2.º — As despesas com a execução desta Lei correrão à conta da dotação própria do Orçamento do Estado.

Art. 3.º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em ... de julho de 1971

(a) Dep. Fuad Nacli

JUSTIFICATIVA:

A apresentação do presente Projeto de Lei decorre que no final do ano letivo de 1971, concluirão o curso ginasial mais de 70 (setenta) alunos, os quais não poderão continuar seus estudos por falta de escolas do 2.º ciclo.

Nova Aurora é um dos Municípios mais carentes de professores habilitados, porém, existe na localidade, além dos atuais ginasianos, mais de trinta (30) pessoas interessadas em cursar o Normal.

Estas são as razões que nos levaram a apresentação deste Projeto de Lei, para o qual contamos com o apoio e aprovação dos nobres pares.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

PROJETO DE LEI N.º 145-71

Autor: — Dep. Fuad Nacli

Súmula: — Cria, uma Escola Normal Colegial Estadual no Município de Nova Aurora, para funcionar a partir de 1972.

PARECER

O Projeto de Lei em tela está devidamente justificado e de conformidade com o que prescreve o art. 123 e seus parágrafos do Regimento Interno.

Considerando justa e oportuna a iniciativa do ilustre Autor do Projeto, e não havendo disposições constitucionais que se lhe anteponham, opinamos pela sua aprovação.

Atendendo melhor técnica legislativa oferecemos um substitutivo em separado, com o fito de dar nova redação ao artigo primeiro do citado projeto.

Pela aprovação, é o nosso parecer.

Sala das Comissões, em 17 de novembro de 1971.

(aa.) Emílio Carazzai — Presidente

Muggiati Filho — Relator

Armando Queiroz

Borsari Netto

Odilon Reinhardt

Gilberto Carvalho

Cândido Martins de Oliveira

SUBSTITUTIVO AO PROJETO DE LEI N.º 145-71

Art. 1.º — Fica o Poder Executivo autorizado a criar uma Escola Normal Colegial Estadual no Município de Nova Aurora, para funcionar a partir do próximo ano letivo.

Art. 2.º — As despesas com a execução desta Lei correrão à conta da dotação própria do Orçamento do Estado.

Art. 3.º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em ... de novembro de 1971

(aa) Presidente ...

Relator — José Muggiati Filho

COMISSÃO DE FINANÇAS

Parecer ao Projeto de Lei n.º 145-71

Somos pela aprovação do presente Projeto de Lei, na forma legislativa do substitutivo da Comissão de Constituição e Justiça, de caráter meramente autorizativo que não fere princípios de ordem financeira.

Parecer favorável.

Sala das Comissões, em 25 de novembro de 1971.

(aa.) Leopoldo Jacome! — Presidente

Santos Lima — Relator

Fuad Nacli

Arthur de Souza

Ovídio Franzoni

COMISSÃO DE INSTRUÇÃO PÚBLICA

Parecer ao Projeto de Lei N.º 145-71

Chegaremos ao pleno desenvolvimento somente através do aprimoramento cultural e educacional de nossa população, sem o que, os poderes constituídos dificilmente conseguirão êxito em sua jornada.

Assim, somos pela aprovação do presente Projeto de Lei, na forma legislativa do substitutivo da Douta Comissão de Constituição e Justiça.

É o parecer.

Sala das Comissões, em ...

(aa.) Antônio Lopes Júnior — Presidente

Arizone Araújo — Relator

Cândido Martins de Oliveira

Gabriel Manoel

1.a DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 220-71, de autoria do Poder Executivo — Mensagem 23-71, encaminhando anteprojeto de Lei que cria no Quadro Único de Pessoal, com lotação no Centro de Informações da Secretaria de Estado dos Negócios da Segurança Pública, os Cargos Isolados de Provimento em Comissão que especifica. Pareceres favoráveis da C.C.J., C.F. e C.P. EM REGIME DE URGÊNCIA. — **Aprovado.**

MENSAGEM N.º 23-71

Curitiba, 17 de agosto de 1971.

Senhor Presidente:

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para os fins constitucionais, o incluso anteprojeto de lei que visa criar no Quadro Único de Pessoal, com lotação no Centro de Informações da Secretaria de Estado dos Negócios da Segurança Pública, os cargos isolados de provimento em comissão que especifica.

A medida ora submetida a essa Augusta Assembléia Legislativa é de alta

significação e consulta aos superiores interesses da Administração, eis que ensejará as necessárias condições no sentido do pleno e satisfatório funcionamento do Centro de Informações, recentemente criado na estrutura orgânica da Secretaria de Estado dos Negócios da Segurança Pública, através do decreto n.º 21.848, de 8 de dezembro de 1970.

Certo de que o Plano de Lei ora submetida a essa Colenda Casa merecerá o necessário apoio e consequente aprovação, reitero a Vossa Excelência os meus protestos de estima e consideração.

(a.) Haroldo Leon Peres — Governador do Estado.

Ao Excelentíssimo Senhor
Deputado Wilson Figueiredo Fortes
Digníssimo Presidente da Assembleia Legislativa do Estado
N/CAPITAL

ANTEPROJETO DE LEI

Art. 1.º — Ficam criados, no Quadro Único de Pessoal, com lotação no Centro de Informações da Secretaria de Estado dos Negócios da Segurança Pública, os seguintes cargos isolados de provimento em comissão.

N.º de Cargos	Denominação	Símbolo
1	Diretor	2—C
1	Assessor	3—C
5	Analistas	4—C

Art. 2.º — As despesas decorrentes da execução da presente lei correrão à conta da verba própria do Orçamento Geral do Estado.

Art. 3.º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

PROJETO DE LEI N.º 220.71

AUTOR: — Poder Executivo

Súmula: — Cria no Quadro Único de Pessoal, com a lotação no Centro de Informações da Secretaria de Estado dos Negócios da Segurança Pública, os cargos isolados de provimento em comissão que especifica

PARECER

1) — Oriundo da Mensagem Governamental, o Projeto ora em exame vem articulado e justificado no ofício que o acompanha, obedecendo, desta forma, o que preceitua o art. 123 e seus parágrafos, do Regimento Interno.

2) — Referida Proposição é de iniciativa exclusiva do Chefe do Poder Executivo, razão pela qual não fere qualquer preceito de ordem constitucional ou legal.

Quanto a sua oportunidade, convence-nos as considerações expendidas no supra referido ofício.

3) — Nestas condições, somos pela sua aprovação.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 13 de outubro de 1971.

(aa.) Wilson Brandão — Presidente
Arthur de Souza — Relator
Emílio Carazzai
Cândido Martins de Oliveira
Igo Losso
Gilberto Carvalho

COMISSÃO DE FINANÇAS

Parecer ao Projeto de Lei N.º 220.71

Com justificação convincente, o presente projeto, oriundo de Mensagem Governamental, com parecer favorável da Comissão de Constituição e Justiça, não fere princípios de ordem financeira.

Os recursos para a execução do mesmo são indicados em seu texto. Dessa forma opinamos pela sua aprovação.

Parecer favorável.

Sala das Comissões, em 21 de outubro de 1971.

(aa.) Leopoldo Jacomet — Presidente
Santos Lima — Relator
Ovidio Franzoni
Gabriel Manoel

COMISSÃO DE POLÍCIA

Parecer ao Projeto de Lei N.º 220.71

1) — O Projeto de Lei em exame é o de n.º 220-71, oriundo da Mensagem Governamental n.º 23-71, propondo a criação no Quadro Único de Pessoal,

com lotação no Centro de Informações da Secretaria de Estados dos Negócios da Segurança Pública, dos seguintes cargos isolados de provimento em comissão:

- 1 (hum) cargo de Diretor, símbolo 2—C;
- 1 (hum) cargo de Assessor, símbolo 3—C; e;
- 5 (cinco) cargos de Analistas, símbolo 4—C.

2) — Conforme acentua a bem alinhavada justificativa, “a medida é de alta significação e consulta aos superiores interesses da administração, eis que ensejará as necessárias condições no sentido do pleno e satisfatório funcionamento do Centro de Informações, recentemente criado...”

3) — Assim, no mérito, é de se votar favoravelmente à tramitação do mencionado Plano de Lei, tendo em conta, sobretudo, que na época presente, no desiderato de preservar a segurança interna, urge propiciar ao Poder Executivo as mais amplas condições de trabalho no setor de informações.

4) — Destarte, opinamos pela aprovação, nos termos proposto.

Sala das Comissões, em 29 de maio de 1972

(aa) Aguiñaldo Pereira Lima — Presidente

Paulo Peli — Relator

Antonio Belinati

O SR. PRESIDENTE — Sobre a mesa, requerimento de autoria do Sr. Deputado Antônio Lopes Júnior, constante do Expediente, solicitando seja endereçado ao Sr. Deputado Federal Clovis Stenzel, expediente transmitindo o integral apoio desta Casa ao seu oportuno pronunciamento de 9 de junho passado, no Plenário da Câmara Federal. Em discussão.

O SR. SEBASTIÃO RODRIGUES JUNIOR — (Pela ordem). Peço à palavra, Sr. Presidente, para discutir.

O SR. PRESIDENTE — Fica adiada a discussão do requerimento para o final da Ordem do Dia da próxima sessão.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Domício Scaramella, constantes do Expediente, solicitando seja encaminhado ofício ao Sr. Secretário dos Transportes, no sentido de autorização da reconstrução, com urgência, da ponte sobre o rio das Caldeiras, na estrada BR-5. — Aprovado.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Marciano Baraniuk, constante do Expediente, solicitando seja encaminhando ofício ao Sr. Diretor do Departamento de Estradas de Rodagem, para que determine, a quem de direito, o reparo nas pontes, da estrada que liga Maringá a Umuarama. — Aprovado.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Rosário Pitelli, lido da Tribuna, solicitando seja oficiado os Srs. Ministro da Agricultura, Ministro da Indústria e Comércio, no sentido de que seja feita a verificação na bolsa de mercadorias de São Paulo. — Aprovado.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Antônio Costa, lido da Tribuna, solicitando seja enviado apelo ao Sr. Diretor do Departamento de Estradas de Rodagem, no sentido de que seja expedida, com a máxima urgência, ordem de pavimentação asfáltica, à ligação rodoviária pela PR-54, junção da PR-54/BR-468, entre os Municípios de Guaratuba PR e Garuva SC. — Aprovado.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Luiz Roberto Soares, constante do Expediente, solicitando seja encaminhado ofício à Federação Paranaense de Futebol, no sentido de que se altere o critério classificatório do campeonato paranaense. — Aprovado.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Luiz Roberto Soares, constante do Expediente, solicitando que a sessão Ordinária de amanhã, seja convocada para o período matinal, de acordo com o Art. 73 do Regimento Interno. — Aprovado.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Borsari Neto, constante do Expediente, solicitando seja dirigido apelo ao Sr. Presidente da Federação Paranaense de Futebol, no sentido de que a distribuição gratuita de quota de 10.000 ingressos aos jogos da Mini-Copa, concedidos pela Confederação Brasileira de Desportos, sejam contemplados os trabalhadores. — Aprovado...

O SR. PRESIDENTE — Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente sessão, marcando outra para amanhã, dia 14, às 10,00 horas, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

3.a DISCUSSÃO — dos Projetos de Lei n.ºs 195.70 — 199.70 — 214.70 — 13-72 e 44.72;

2.a DISCUSSÃO — dos Projetos de Lei n.ºs: 219.70 — 240.70 — 69.71 — 122.71 — 123.71 — 145.71 e 220.71;

1.a DISCUSSÃO — dos Projetos de Lei n.ºs 291.70 — 224.71 — 292.71 — 6.72 — 42.72 — 59.72 e 60.72.

A Presidência lembra aos Srs. Deputados, que a sessão Extraordinária designada para às 14,00 horas, será realizada às 9,30 horas.

Levanta-se a sessão.